



## **Formação Profissional dos Jovens Egressos do Senac/Se para o Mercado de Trabalho<sup>1</sup>**

Denise Cristina Silva ROSA<sup>2</sup>  
Universidade Federal Sergipe, São Cristóvão, SE

### **Resumo**

O objetivo desse estudo é analisar a formação profissional ofertada pelo Senac/SE para inserção no mercado de trabalho a partir das vivências e experiências dos jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz. Os sujeitos dessa pesquisa são jovens que participaram do programa entre 2015 e 2018 com idade entre 18 e 24 anos, do sexo masculino e feminino, do curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos. Esses jovens tiveram uma formação técnico-profissional metódica e contrato de trabalho com empresas do comércio vinculados a Lei da Aprendizagem 10.097/2000, que possibilita a contratação de jovens de 14 a 24 anos. Essa lei por ser uma política pública de formação profissional para jovens, está voltada a minimizar o cenário desfavorável e reduzir os impactos sobre a procura de trabalho na juventude. Para a efetivação do estudo, optamos por utilizar uma abordagem qualitativa de pesquisa em ciências sociais, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas com questões em aberto. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da "análise de conteúdo" e como método usamos o referencial teórico fundamentado no materialismo histórico dialético compreendendo como forma de apreensão do desenvolvimento humano, no qual o trabalho é concebido como atividade central da vida do homem, em consonância teórica e partindo do pressuposto de que homem e sociedade estabelecem entre si uma relação de mediação, numa dialética entre o social e o histórico, sendo o homem constituído na e pela sua atividade. Os resultados dessa pesquisa, servirão de contribuição para uma melhor prática docente, como também, possibilitará discussões acerca da formação dos jovens para o trabalho.

**Palavras-chave:** Formação Profissional; Programa de Aprendizagem; Trabalho.

### **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo analisar a formação profissional ofertada pelo Senac/SE para a inserção no mercado de trabalho a partir das vivências e experiências dos jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz. A formação profissional dos jovens egressos, sujeitos dessa pesquisa, foi oriunda de um dos programas voltados à inserção de jovens no mercado de trabalho, o programa jovem aprendiz. Este, que faz parte da Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000, é uma das políticas públicas voltadas a minimizar o cenário desfavorável e reduzir os impactos

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 05 – Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, e-mail: dennirosa@gmail.com



sobre a procura de trabalho na juventude, emergindo assim um programa voltado para o primeiro emprego que associa a possibilidade de geração de renda para o jovem trabalhador, ora para complementar a renda familiar, ora para subsidiar sua própria ou suposta autonomia material, além de fazer uma vinculação entre trabalho e educação.

Para realização dessa pesquisa, participaram cerca de 05 jovens entre 18 e 24 anos de idade, do gênero masculino e feminino, que fizeram parte do programa entre 2015 e 2018, do Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativa. A escolha de analisar essa formação no curso de Serviços Administrativos, foi por conta dele ser um dos mais procurados pelas empresas contratantes, posto que, as empresas de certa forma conseguem alocar os jovens aprendizes em atividades que não são perigosas, insalubres ou penosas, e que não prejudicam o desenvolvimento psíquico, físico ou moral deles.

Para efetivação desse estudo, optamos por utilizar uma abordagem qualitativa de pesquisa em ciências sociais, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas com questões em aberto. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da "análise de conteúdo" e como método foi usado o referencial teórico fundamentado no materialismo histórico dialético compreendendo como forma de apreensão do desenvolvimento humano, no qual o trabalho é concebido como atividade central da vida do homem, em consonância teórica e partindo do pressuposto de que homem e sociedade estabelecem entre si uma relação de mediação, numa dialética entre o social e o histórico, sendo o homem constituído na e pela sua atividade. Os resultados dessa pesquisa, nos servirá de contribuição para uma melhor prática docente, como também, possibilitará discussões acerca da formação dos jovens aprendizes para o mercado de trabalho.

### **A Lei 10.097/2000 e o Programa Jovem Aprendiz**

A Lei da aprendizagem foi promulgada em dezembro de 2000 e se regulamentou pelo Decreto n.º 5.598/2005, ficando estabelecido na lei que todas as empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar jovens entre 14 e 24 anos, na condição de jovem aprendiz. Para efetivação dessa proposta de ser jovem



aprendiz, é formulado um contrato de trabalho especial, definido por tempo determinado que pode durar no máximo dois anos.

Os jovens que são beneficiados por essa lei são contratados como aprendizes de ofício, com denominação prevista na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, do MTE – Ministério Público do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo são matriculados nos cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, aqui no caso a instituição formadora é o Senac/SE que é a responsável pela certificação dos jovens que concluírem o Programa Jovem Aprendiz, incluindo assim a carga horária da teoria desenvolvida na instituição formadora e a carga horária prática desenvolvida nos ambientes laborais das empresas contratantes.

O Programa Jovem Aprendiz, cujo objetivo é a formação técnico-profissional<sup>3</sup>, foi regulamentado através da Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, alterada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro 2005, que modificou a idade para a inserção no programa, ou seja, dos 14 aos 24 anos. Também determina que todas as funções de uma empresa com, pelo menos, sete empregados que demandem formação profissional devem ser consideradas para efeito do cálculo da cota de aprendiz, salvo as funções que requerem formação superior ou técnica, que é fixada entre 5% e 15%.

O jovem aprendiz tem direitos reservados no programa, sendo eles: o pagamento de salário/hora trabalhado com jornada de até 6h/diárias para quem ainda não concluiu o Ensino Fundamental e de até 8h/diárias para aqueles que já concluíram. Além da remuneração, os jovens aprendizes têm direito aos benefícios legais previstos na legislação trabalhista e as férias do trabalho deverão coincidir com as férias escolares. A seguir, apresentamos um quadro que especifica todos os direitos reservados aos jovens aprendizes:

<b>Quadro 1 – Direitos do Jovem Aprendiz</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Carteira de Trabalho (CTPS) assinada pela empresa contratante, conforme dados do Contrato de Aprendizagem.</li><li>• Remuneração mensal.</li></ul>

<sup>3</sup> A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: **I** - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; **II** - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; **III** - horário especial para o exercício das atividades. De acordo com o Art. 63 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).



- 13º salário
- Férias de 30 dias (após cada período de 12 meses de vigência do contrato).
- PIS (Programa de Integração Social).
- FGTS.
- INSS
- Vale-transporte (VT).
- Direitos de verbas rescisórias (Manual de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego).

Fonte: Senac. DN. Diretrizes Nacionais dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac.

Para o desempenho da prática profissional pelos jovens nas empresas, será designado por elas, monitores responsáveis para acompanhar e coordenar o aprendiz no exercício das atividades práticas. A instituição formadora faz a avaliação dessas práticas nos ambientes laborais. Para a execução desse processo, O SENAC/SE através dos seus professores, procede a inspeção das práticas de forma gradual, na medida em que se conclui as etapas de formação dos jovens nas determinadas qualificações profissionais previstas no plano do curso. Sendo assim, o acompanhamento permite um maior contato da instituição formadora com as empresas contratantes, que a partir daí poderá realizar ajustes nas atividades que estão sendo desenvolvidas pelos jovens a fim de evitar que executem práticas que não são compatíveis com a formação profissional deles.

Para que a formação profissional ofertada pela a instituição SENAC venha atender as reais necessidades das empresas e que as atividades práticas não se tornem desconexas com as atividades teóricas dos cursos, e aqui especificamos o Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos, como objeto de análise.

O SENAC, no ano de 2015, fez uma reestruturação em seus programas, readequando seus currículos e tornando-os padronizados nacionalmente, através dos comitês técnicos setoriais, instituídos pelo Departamento Nacional do SENAC e os Departamentos Regionais. Para efetivação desse processo, o DN ofereceu aos gerentes de educação, analistas pedagógicos e docentes a capacitação no Modelo Pedagógico do SENAC<sup>4</sup>, implantando nos seus planos de cursos a metodologia de

<sup>4</sup> Modelo Pedagógico Senac - Entende-se modelo pedagógico como conjunto coerente de referências que orientam a concepção da proposta pedagógica, nas quais assentam o trabalho do educador e a relação empreendida no processo de ensino e aprendizagem. A designação Modelo Pedagógico, no entendimento do



Formação por Competência, que visa proporcionar uma maior autonomia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, desenvolvendo o fazer do exercício da profissão baseado na competência, nas habilidades e atitudes, de acordo com as Marcas Formativas do SENAC.

Partimos do princípio de que a palavra competência, tenha uma variabilidade do seu significado em virtude da diversidade dos contextos e dos campos de conhecimento em que ela é usada. Podemos usar como referência o significado da palavra a partir dos dicionários que trazem seus vários campos de uso. Segundo Ferreira (1986), traz três principais sentidos de uso corrente:

Competência (do latim competentes) s. f. 1. Faculdade concedida por lei para um funcionário, juiz, ou tribunal para apreciar e julgar certos pleitos ou questões. 2. Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade. 3. Oposição, conflito, luta. (FERREIRA, 1986, p. 440)

Percebe-se então que os primeiros sentidos, voltados para o mundo do trabalho, fazem indicação de que competência se refere às atribuições do cargo ou à capacidade do trabalhador de apreciar, resolver ou fazer alguma coisa. Inicialmente essa é a compreensão do sentido da palavra, mas ao longo dos anos já se publicou muitos outros significados ao termo. Faltando registros dos usos e variações recentes do termo na administração, na sociologia do trabalho, na política e na filosofia. Em paralelo, houve uma ampliação nos sentidos e o uso da palavra no mundo da educação, em destaque a educação profissional. Com isso, faz-se necessário que a partir do momento que se define uma proposta educacional que se baseia em competências, é necessário que se especifique o conceito de competência a ser adotado e a forma como ele é usado para discutir o modelo pedagógico decorrente.

O SENAC, portanto, propõe a seguinte definição de competência: Ação/fazer profissional observável, potencialmente criativo, que articula conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e permite desenvolvimento contínuo. Esse entendimento da competência tem por finalidade principal tornar aplicável, em termos de práticas de ensino e aprendizagem, um conceito polissêmico por

---

Senac, representa um conjunto de concepções orientadoras das práticas pedagógicas realizadas nos ambientes de aprendizagem da Instituição. A organização de cursos em estruturas curriculares, cuja competência é a própria Unidade Curricular; a prática pedagógica que pressupõe o aluno como protagonista da cena educativa; a adoção de Projetos Integradores como estratégia para a articulação de competências e o desenvolvimento de Planos de Cursos de abrangência nacional são alguns aspectos de destaque do Modelo Pedagógico Senac. Senac. DN. Concepções e princípios. Rio de Janeiro, 2015. 34 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, 1)



natureza. Ele representa, portanto, um recorte específico referenciado nas mais recentes abordagens e pesquisas sobre o tema, as quais ampliam a compreensão da competência ao trazer para o debate os aspectos políticos, sociais e culturais desse fenômeno. Em especial, essa definição foi elaborada a partir das normativas e dos documentos oficiais para a educação profissional – sobretudo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB nº 9394/1996, os Pareceres CNE/CEB Nº 16/1999 e CNE/CEB Nº 11/2012 e as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional.

Do mesmo modo, as Marcas Formativas SENAC são características a serem evidenciadas nos alunos, ao longo do processo formativo. Derivam dos Princípios Educacionais e valores institucionais que regem o Modelo Pedagógico SENAC e, por essa via, representam o compromisso da Instituição com a formação integral do profissional cidadão.

Com as Marcas Formativas SENAC, espera-se que o profissional formado pelo SENAC evidencie domínio técnico-científico em seu campo profissional, tenha visão crítica sobre a realidade e as ações que realiza e apresente atitudes empreendedoras, sustentáveis e colaborativas, atuando com foco em resultados. O foco em resultados, apesar de não ser uma Marca Formativa propriamente dita, qualifica todas as marcas, ao evidenciar nos alunos a capacidade de organizar e planejar ações, bem como sistematizar processos e formas de mensuração dos resultados a serem atingidos.

Além das Marcas Formativas SENAC já citadas, ao Jovem Aprendiz do SENAC somam-se marcas específicas que buscam evidenciar o protagonismo juvenil, social e econômico e as atitudes saudáveis, expressas em itens legais<sup>5</sup> que explicitam uma necessária abordagem nas ações de formação dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial.

A concepção de metodologia rompe com a tradicional divisão entre teoria e prática e privilegia o desenvolvimento de competências por meio de práticas pedagógicas ativas, inovadoras, integradoras e colaborativas, centradas no protagonismo do aluno. O núcleo da proposta metodológica organiza-se a partir do conceito de ação-reflexão-ação, no qual se aprende fazendo e analisando o próprio fazer. Além do vínculo com o mundo do trabalho, a proposta metodológica do curso se articula com o repertório social do aluno, uma vez que essas relações possibilitam

---

<sup>5</sup> Portaria MTE 723/2012, inciso III do Art. 10. BRASIL, 2012.





explorar o potencial educativo das experiências anteriores com o contexto da ocupação (KULLER, 2013).

Diante do exposto, percebe-se que a formatação dos programas de aprendizagem nacionalizados e pautados nas legislações brasileiras, aplicando uma metodologia que se guia pela formação por competência, traz a perspectiva de que a formação do jovem aprendiz se articule com o seu contexto social. Porém, existe vários percalços no desenho curricular do programa. Posto que, não podemos desconsiderar que as diferenças culturais, regionais, sociais, diferem de forma bastante de um lugar para outro e, de certa forma acaba impactando na formação dos jovens e impossibilitando deles terem um bom desempenho e aquisição dos conhecimentos, pois o nível educacional desses sujeitos, interfere no seu aprendizado. Os conhecimentos e habilidades previstos no Curso de Serviços Administrativos, de certa forma, exigem dos jovens que eles já tenham uma boa compreensão de leitura e interpretação, como também, de experiência no campo do trabalho, pois são conteúdos que se assemelham com níveis de formação superior à que é exigida no perfil de entrada no programa.

Como o programa prevê a formação profissional de jovens a partir dos 14 anos de idade e, que na maioria das vezes são jovens que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, gera uma certa frustração neles, pois não conseguem aplicar os conhecimentos adquiridos na formação em suas atividades práticas e as empresas acabam subutilizando esses jovens em atividades de baixa complexidade, impedindo e impossibilitando que eles adquiram melhores níveis de conhecimento e ao mesmo tempo melhores posições e colocações nos postos de trabalho.

Em suma, como a política pública tem a intenção de minimizar o cenário desfavorável e reduzir os impactos sobre a procura de trabalho na juventude e ao mesmo tempo qualificar os jovens para a inserção no mercado de trabalho, fica perceptível que há uma lacuna nesse projeto, pois pelas experiências vividas no Programa Jovem Aprendiz do SENAC/SE, mostra que eles não tem se apropriado de melhores condições de se manterem empregados, porque as próprias empresas que os contratam como jovem aprendiz não conseguem depois do término do programa absorvê-los em grande parte, tanto pela a pouca idade como também pelo baixo nível de escolaridade. Sendo assim, a escolarização e a formação profissional são necessárias, porém, insuficientes para a garantia de emprego. Esse é um



assunto que também é tratado por Frigotto (2008) quando afirma que há falta e sobra de profissionais qualificados, denunciando a produção do trabalhador flexível e a formação tecnicista dada à classe dos trabalhadores.

Portanto, no grupo de jovens egressos estudados, abordamos sobre suas vivências na formação profissional no Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos e suas experiências laborais nas empresas contratantes, utilizando como referência à forma como esses jovens analisam e avaliam a formação profissional do SENAC/SE para a inserção no mercado de trabalho.

### **O Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos<sup>6</sup>**

Diferentes segmentos do comércio de bens, serviços e turismo necessitam de profissionais capacitados e com competências diferenciadas para apoiar o fluxo de serviços das organizações, que abrange desde a recepção até a assistência aos diversos setores. Todavia, há um número significativo de jovens que estão sem trabalhar e sem estudar, o que gera uma demanda não atendida por profissionais qualificados. Tendo em vista suprir esta carência, surge uma série de iniciativas de governos e dos empresários. Diante deste cenário, o SENAC estruturou o curso Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos com base na Lei nº 10.097/00, cujos objetivos são qualificar adolescentes e jovens para desempenhar atividades relacionadas aos serviços administrativos e promover o desenvolvimento de competências que favoreçam a empregabilidade e a permanência no mundo do trabalho.

O curso Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos é constituído pelas ocupações “receptionista”, “assistente administrativo” e “assistente de pessoal”. Esta composição foi proposta pelo SENAC e aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com posterior publicação no Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional – CONAP. As ocupações citadas se relacionam e permitem uma formação mais abrangente, além de ampliar a possibilidade de inserção do jovem no mundo do trabalho. A vivência prática em

---

<sup>6</sup> Plano de Curso – Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos do SENAC, 2015.





mais de uma ocupação dentro da mesma organização permite ao jovem desenvolver atividades com características complementares, além de se relacionar com diferentes equipes e trocar experiências com outros jovens durante o curso.

Nesse contexto, as ocupações que integram o curso visam atender de forma abrangente o universo corporativo, entendendo que as atividades desempenhadas em cada ocupação perpassam os diferentes setores de uma organização em níveis de complexidade crescente, englobando a excelência no atendimento, a participação nos processos administrativos e nos processos e rotinas de pessoal.

O Programa de Aprendizagem Profissional do SENAC prepara jovens para atuar de forma comprometida com a qualidade de seu trabalho e consciente de seu papel na sociedade, tendo em vista o desenvolvimento das marcas formativas do SENAC e das marcas que são próprias a este programa: o protagonismo juvenil, social e econômico e a atitude sustentável, reforçando o compromisso do SENAC com a formação integral do ser humano. Desta forma, os benefícios dessa ação se convergem e se complementam em um processo que vai além do cumprimento da legislação, uma vez que fortalece o princípio da responsabilidade social e a promoção da cidadania.

### **Desenho Curricular do Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos**

UC 11 - Prática Profissional da Aprendizagem em Serviços Administrativos (480h a 1120h)	Unidades Curriculares		Carga horária
	UC 3 – Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 1 (16 horas)	UC1: Recepcionar e atender pessoas.	60 horas
		UC2: Organizar e operacionalizar procedimentos de recepção.	84 horas
	UC 6 – Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 2 (16 horas)	UC4: Organizar e executar atividades de apoio aos processos da organização.	84 horas
		UC5: Elaborar, organizar e controlar documentos da organização.	60 horas
	UC 10 – Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 3 (16 horas)	UC7: Apoiar e executar ações referentes às rotinas de admissão e demissão de colaboradores.	36 horas
		UC8: Acompanhar e controlar a entrega de benefícios legais e espontâneos concedidos pela organização.	36 horas
		UC9: Auxiliar na elaboração da folha de pagamento.	72 horas
	Carga Horária Total		960* horas



\*Cada Departamento Regional deve incluir a carga horária total do curso, considerando as 480 horas teóricas somadas à carga horária da prática profissional da aprendizagem.

Logo, para que possamos entender como se dá a formação profissional para a inserção dos jovens no mercado do trabalho, existe a necessidade de dialogar acerca das teorias e concepções sobre o sentido do trabalho nas vivências dos jovens egressos na sua participação no Programa Jovem Aprendiz e suas experiências profissionais nas empresas contratantes.

### **Trabalho e formação profissional**

Em seu sentido genérico, o trabalho foi concebido por Marx (1964) como um processo entre o homem e a natureza, ação essa exclusivamente humana, imaginada ou planejada com prévia intencionalidade. Tal processo transformador do homem e da natureza proporciona mudanças em ambos, num determinado tempo histórico. Mais além de uma categoria teórica, vivências e experiências cotidianas no senso comum ou apontado como um conceito polissêmico, trabalho é a atividade pela qual se define o indivíduo como ser humano social. Dentro da ótica marxista, o trabalho possibilitou ao homem ir além da natureza. “A natureza dita o comportamento aos animais; o homem, no entanto, conquistou certa autonomia diante dela” (KONDER, 1983, p. 24).

É evidente que o trabalho é uma das grandes preocupações dos jovens e de governos no Brasil, em termos de formação para o trabalho, emprego ou desemprego. Afirmamos que já foram construídas inúmeras políticas públicas que tem o foco nesses aspectos. Posto que, por acreditar que os jovens pobres eram mais vulneráveis à violência, tendo em vista a falta de perspectivas educacionais e profissionais, historicamente o trabalho era visto como sendo uma possibilidade de combate à marginalização.

Partindo desse princípio, é que vemos o trabalho como uma ideia de papel disciplinador para os jovens que advêm das classes populares, que de certa forma estariam inclinados ao crime. Sendo assim, além desses aspectos, os jovens buscam sua inserção profissional de forma tão precoce que acabam fraturando suas vidas, tanto em termos do ser jovem e desfrutar do que é necessário para o seu fazer adulto, como também, causa impactos na sua projeção educacional, uma vez



que muitos deles após a inserção no mercado de trabalho, acabam abandonando sua vida escolar.

Podemos compreender a busca do jovem pela inserção profissional, através da avaliação de um conjunto de fatores, destacando-se as necessidades financeiras de famílias com baixa renda, fatores culturais nos quais o trabalho prevalece como fator disciplinar e o próprio desejo juvenil de consumo das suas satisfações pessoais e/ou familiares (CORROCHANO, 2008). M. Silva (2004) considera as questões sociais e a faixa etária como fatores importantes na definição das estratégias de inserção profissional para os jovens, imprimindo possibilidades distintas de acordo com a renda familiar. Cabe ressaltar que essas possibilidades não deverão ser entendidas como aspectos naturalizantes, nos quais somente os jovens decorrentes de famílias de menor poder financeiro necessitem trabalhar e que os provenientes de famílias com maior poder aquisitivo estejam fora do mercado de trabalho (POCHMANN, 2007).

Para Marx (1983), conjugar educação com trabalho não deveria ser sinônimo de treinamento e disciplinamento, mas sim de construção de autonomia, de cidadania e de conquista de espaços sociais. Desse modo, o autor apontava que o ensino deveria girar em torno de conteúdos que auxiliassem os operários em suas lutas contra as condições capitalistas de produção. E condenava, categoricamente, o ensino de disciplinas cujo conteúdo fosse suscetível de manter o *status quo*, e domesticar a força de trabalho. Pretendia, portanto, oferecer aos jovens trabalhadores os meios para que eles compreendessem e avaliassem a sua atividade produtiva.

Mesmo com a criação de políticas públicas para geração de emprego para a juventude brasileira, muitas críticas são atribuídas a essas políticas, destacamos aqui que mesmo com o surgimento delas não tem havido uma redução significativa do desemprego juvenil. Posto que, o aumento do desemprego não se dá somente pelos jovens, atribuindo à geração insuficiente de postos de trabalho que possa suprir o contingente de trabalhadores. Nota-se que, apesar da formação profissional ser importante para o jovem no aumento de sua qualificação e experiência prática, podemos pensar que este não seria o foco central do problema.

As ações para formação profissional de jovens no Brasil datam de 1940, com a criação do Sistema S, somente com a Constituição Federal de 1988 pode-se falar



em políticas públicas entendidas como direito de cidadania, obrigação do Estado e como um conjunto de ações e decisões em forma de resolução para os problemas sociais (SPOSITO & CARRANO, 2003). Essas ações encontram na sociedade brasileira um respaldo na qual a educação e a formação profissional ganham lugar central nessas políticas públicas para juventude, às quais são conferidas funções essencialmente instrumentais, que possibilitam a competitividade, intensificam a concorrência, adaptam os trabalhadores às mudanças tecnológicas além de minimizar os efeitos do desemprego (SEGNINI, 2000).

Frigotto (2008), analisa a perspectiva da relação entre formação e trabalho, ficando evidente que, a reforma da educação profissional ajustou-se às relações de produção capitalista, onde a formação é adestrada para o capital. Assim, a educação profissional tem sido planejada para a simples aquisição das competências que se enquadrem na lógica do empregado produtivo, adaptável, que produza em tempo mínimo, e cuja mercadoria tenha aceitação imediata. De modo que a educação profissional é feita com características mais tecnicistas, conteúdo aligeirado e restrito a técnica, sem considerar a formação integral do trabalhador e sem atentar para as suas necessidades e nem para as questões sociais.

Pochmann (2007), expressa que a colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil está imbricada de forma direta ou indireta com as condições da vida familiar, como também, em relação à raça, a origem geográfica (meio urbano e rural), e à base socioeconômica. Como o Brasil convive com elevadas desigualdades regionais, socioeconômicas, sexuais, etárias e de raça/cor, entende-se que, o funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Diante da constante presença de um excedente de mão de obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir, na maioria das vezes, funções de qualidade inferior na estrutura das empresas.

Assim, trata-se de uma política pública para formar jovens para o mercado de trabalho ou enquadra-se na crítica de Frigotto (2008) de que o curso profissionalizante não provém exatamente de uma política de formação, mas que a educação profissional se ajusta às relações de produção capitalista. Afinal, suas referências sociais mostram que é necessário adotar determinados comportamentos para que consigam permanecer ou até mesmo inserirem-se no mercado, garantindo o mínimo necessário.



Em suma, a formação para o trabalho mostra uma certa fragilidade na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Posto que, os egressos sujeitos dessa pesquisa, relatam a partir de suas vivências e experiências no programa de aprendizagem do SENAC/SE e nas empresas contratantes, que a formação profissional foi importante para adquirir competências, habilidades e mudar suas atitudes perante as reais experiências nas empresas, porém caracteriza que isso não é garantia de empregabilidade, pois as próprias empresas contratantes acabam por não absorver esses jovens, justificando assim que, muitos deles não tem o perfil profissional que a empresa necessita.

### **Os jovens egressos e suas vivências e experiências no programa e no mercado de trabalho**

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, tendo como delineamento o estudo de campo. Segundo Gil (2010) a pesquisa qualitativa responde, no campo das ciências humanas e sociais, a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Este tipo de pesquisa trabalha com dados subjetivos, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, opiniões, fenômenos, hábitos, entre outros aspectos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Participaram desta pesquisa 05 jovens egressos mediante entrevistas semiestruturadas com questões em aberto, que participaram do Programa Jovem Aprendiz do SENAC/SE entre os anos de 2015 e 2018, no curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos. Os jovens são residentes na cidade de Aracaju/SE, de ambos os sexos, sendo 03 meninas e 02 meninos, com idades entre 18 e 24 anos. Os jovens foram alunos da escola pública e em sua grande maioria, pertencentes às classes pobres e residentes em regiões de altos índices de vulnerabilidade socioeconômica. Todos os jovens atuaram como aprendizes em empresas do ramo comercial. A carga horária de trabalho semanal dos jovens era de 20 horas, divididas entre 12 horas na instituição formadora (3 vezes por semana) e 8 horas na empresa (2 vezes por semana). Para efetivação desse estudo os jovens egressos foram entrevistados com intuito de que pudessem



avaliar suas vivências e experiências no Programa Jovem Aprendiz, a partir da ótica da relação formação profissional para inserção no mercado de trabalho.

A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da "análise de conteúdo" e como método usamos o referencial teórico fundamentado no materialismo histórico dialético compreendendo como forma de apreensão do desenvolvimento humano, no qual o trabalho é concebido como atividade central da vida do homem, em consonância teórica e partindo do pressuposto de que homem e sociedade estabelecem entre si uma relação de mediação, numa dialética entre o social e o histórico, sendo o homem constituído na e pela sua atividade.

O pressuposto fundamental da análise do materialismo histórico é de que os fatos sociais são descolados de *uma materialidade objetiva e subjetiva* e, portanto, a construção do conhecimento histórico implica o esforço de *abstração e teorização* do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade. Trata-se de um esforço de ir à raiz das determinações múltiplas e diversas (nem todas igualmente importantes) que constituem determinado fenômeno. Apreender as determinações do núcleo fundamental de um fenômeno, sem o que este fenômeno se constituiria, é o exercício por excelência da teorização de ascender do empírico – contextualizando e, de início, para o pensamento, caótico – ao concreto pensado ou conhecimento. Conhecimento que, por ser histórico e complexo e por limites do sujeito que conhece, é sempre relativo. (FRIGOTTO, 2010, pp. 19-20).

Na fala dos jovens egressos, ficou bastante claro de que suas vivências e experiências no Programa Jovem Aprendiz, trouxeram para eles possibilidades de aproximação de uma formação para o trabalho pautada na inserção no mercado de trabalho. Porém, eles caracterizam que existem muitas contradições no que foi implantado no desenho curricular do programa, pois as competências/conhecimentos adquiridos na formação, terminam não sendo colocados em prática, pois as atividades desenvolvidas nas empresas por eles, são na maioria das vezes de baixa complexidade, como arquivar, fazer encaminhamentos de documentos, ou até mesmo, serviços do antigo office boy e eles reconhecem que os conhecimentos adquiridos no curso de Serviços Administrativos são de maior complexidade. Eles relataram que, se houvesse uma melhor conexão da teoria com a prática nas empresas em que eles são contratados, isso poderia possibilitar a eles um melhor desenvolvimento profissional. Com isso, os jovens destacaram que essas





atividades sem uma maior complexidade, faz com que eles se limitem a uma projeção na empresa ou até mesmo no mercado de trabalho.

Além desses aspectos, durante as entrevistas houve o questionamento sobre a relação de trabalho que eles tinham no programa e, alguns enxergavam como sendo um trabalhador, outros como sendo um estudante em formação e outros que possuíam direitos como um trabalhador e que também caracterizava como sendo um dever de exercer o papel para tal. Nessa dimensão, eles atribuíram a essa experiência como sendo um momento fundamental para o seu desenvolvimento tanto educacional como profissional, porém, caracterizaram que a partir dessa experiência, houve uma melhor consciência do que é ser um trabalhador e que a formação profissional do SENAC/SE favoreceu a eles terem a percepção de si e a construção de uma identidade a partir da relação com outras pessoas. Ficando claro de que, a formação profissional favorece uma melhor interação social, porém não é considerada como sendo de grande importância para sua inserção no mercado de trabalho, porque para eles o que mais importa é aumentar a sua rede de relacionamentos para poder ser indicado para um outro trabalho.

De certa forma, os jovens demonstraram em suas falas de que a formação através da prática na empresa, poderia ser garantia para sua inserção no mercado de trabalho, em parte para uns sim, mas na maioria das vezes isso não ocorreu, pois somente um jovem foi contratado pela empresa em que foi jovem aprendiz, mas que mesmo assim ele continua a fazer atividades de baixa complexidade e que os conhecimentos adquiridos na formação no Programa Jovem Aprendiz do SEANC/SE ficaram de certa forma guardados em sua memória e acredita que com o passar do tempo ele terá que se apropriar de outras formações para que de fato possa buscar melhores ofertas de trabalho e remuneração.

Em suma, ficou perceptível que a ênfase deles é conseguir se fixar no emprego e que de certa forma, atribuem que a instituição formadora deveria ser mais atuante aos acompanhamentos dessas práticas nas empresa, afim de se certificarem de que as empresas não estão desconectas com a teoria.

## **Conclusão**

A partir desse estudo reconhecemos que na visão dos jovens egressos, a formação profissional para inserção no mercado de trabalho seria para eles uma



garantia de empregabilidade. A pesquisa nos mostrou que existem indicadores que nos permite compreender que o Programa Jovem Aprendiz foi uma ponte para a criação de oportunidades, sejam elas de caráter de formação ou de inserção profissional. Nota-se que, mesmo esse programa sendo um gerador de oportunidades ele também demanda um campo de frustração, uma vez que os jovens pesquisados trazem em suas falas de que a formação profissional não é uma garantia de inserção ou fixação no mercado de trabalho.

Evidentemente, eles caracterizam que a prática nas empresas é o que mais importa para a inserção, ficando claro que a formação profissional do SENAC/SE no Programa Jovem Aprendiz ficou como segundo plano para eles, principalmente porque as competências, habilidades e atitudes adquiridas pouco serviram para as suas práticas profissionais nas empresas contratantes, em virtude, de executarem atividades que são na maioria das vezes desconectas com a teoria previstas no curso de Serviços Administrativos.

Como os jovens vem no programa uma oportunidade de inserção para o mercado de trabalho, então de certa forma, esses jovens avaliam que a formação profissional do SENAC/SE especificamente no Programa Jovem Aprendiz, trouxe para eles a ideia de que tal oportunidade não poderia ser perdida e por isso resolveram ingressar no programa, o que para eles proporcionou vivências de formação, mas também de adultização, aprendizagem de comportamento e responsabilização.

Para os jovens egressos, a participação no programa favoreceu a tônica do capitalismo e que ela foi alcançada, pois como o objetivo da formação é a inserção no mercado de trabalho, eles entendem que pelo menos tiveram a chance do primeiro emprego e uma formação para o mercado. Mercado que demanda um trabalhador com uma formação essencialmente voltada para a prática, mas sobretudo submisso que se comporte essencialmente de acordo com os ditames da obediência e do cumprimento de regras, com o intuito de se fixarem no mercado de trabalho.

Esses jovens experimentaram uma formação para o trabalho e vivenciaram a prática nas empresas contratantes, destacando que de certa forma, aprenderam a se comportar, a se relacionar, a cumprir regras e a fazer o que mandam, destacando a prática na empresa em detrimento da formação, não porque acham que a



formação profissional não é essencial, mas para eles o que realmente possibilita essa inserção é a rede de relacionamentos que eles constroem durante a sua experiência como jovem aprendiz, porque a partir daí, eles entendem que a primeira experiência profissional será a ponte para sua empregabilidade.

Portanto, podemos pensar que essa política de formação para o trabalho seja um caminho, mas não um meio, pois a partir da ótica dos jovens, compreendemos que seja necessária uma avaliação desse programa. Posto que, a instituição SENAC/SE, como sendo a responsável pela formação profissional, possa garantir para os jovens um melhor acompanhamento das práticas nas empresas, para que assim, eles possam aplicar os conhecimentos adquiridos no programa em suas atividades laborais, supondo que isso poderia favorecer a sua contratação nas empresas.

## REFERÊNCIAS

- Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Portugal: Edições 70, 2007.
- Corrochano, M. C., Ferreira, M. I. C., Freitas, M. V. & Souza, R. (2008). **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, Instituto IBI. Recuperado em 20 de setembro de 2008.
- Frigotto, G. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Trabalho, Educação e Saúde, 5(3), 521-536, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 149, 2010.
- Konder, L. **O que é dialética?** (7a ed.). São Paulo: Brasiliense. 1983.
- KULLER, J. A.; RODRIGO, N. F. **Metodologia de desenvolvimento de competências**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.
- KÜLLER, José Antonio; RODRIGO, Natalia de Fátima. **Definição de competência**. 2013. Texto elaborado para o trabalho Novo Modelo Curricular do Senac.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Ed. 70, 1964.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.
- Pochmann, M. **A batalha do primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.



- Pochmann, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. (2a ed.). São Paulo: Publisher, 2007.
- Segnini, L. R. P. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente**. São Paulo em Perspectiva, 14(2), 72-81, 2000.
- SENAC. DN. **Concepções e princípios**. Rio de Janeiro, 2015. 34 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, 1).
- Senac. DN. **Diretrizes Nacionais dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac**. Versão preliminar para apresentação ao Conselho Nacional. Rio de Janeiro, 2015.
- SENAC. DN. **Planejamento docente**. Rio de Janeiro, 2015. 32 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, 3).
- Silva, M. M. **Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.
- Sposito, M. P. & Carrano, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, (24), 16-39, 2003.
- Sposito, M. P. & Corrochano, M. C. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil**. Tempo social, 17(2), 141-172, 2005.
- Sposito, M. P. & Corrochano, M. C. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil**. Tempo social, 17(2), 141-172, 2005.

### **Legislação**

- Decreto nº 5.598/2005 – Regula a contratação de aprendizes e dá outras providências.
- Lei nº 10.097/2000 – Altera dispositivos da CLT.
- Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Art.83, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Brasília: Presidência da República, 1996.